



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Democracia, Participação e Movimentos Sociais

Coleta seletiva: Defesa da política nacional de resíduos sólidos

Maryna da Silva Viana Paim¹
Lara Mariana Gomes Pereira²
Lígia de Lima Simplício³

Resumo: Este trabalho debruça-se sobre as Associações de Catadores de Materiais Recicláveis do município de Viçosa-MG, ACAT e ACAMARE, na evidência de um resgate histórico, a partir do apoio do programa de extensão InterAção em parceria com a Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCP/UFV). Além disso, visa analisar os resultados alcançados no município frente à Lei Federal 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Coleta Seletiva. Política Pública.

Selective waste collection: Defense of the national solid waste policy

Abstract: This work focuses on the Associations of Collectors of Recyclable Materials in the municipality of Viçosa-MG, ACAT and ACAMARE, in the evidence of a historical recovery, based on the support of the extension program InterAção in partnership with the Incubadora Tecnologia de Cooperativas Populares (ITCP-UFV). In addition, it aims to analyze the results achieved in the municipality in relation to Federal Law 12.305/2010, which establishes the National Policy on Solid Waste (PNRS).

Keywords: Social Movements. Selective Waste Collection. Public Policies.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar a realidade vivenciada pelas Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa-MG, as quais detêm o apoio do programa InterAção, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa - UFV, que conta com a parceria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV). Assim, faz-se necessário compreender que o programa InterAção baseia-se em dois eixos centrais: a conservação do meio ambiente por meio da expansão e sensibilização acerca da coleta seletiva, além do retorno dos materiais recicláveis para a cadeia produtiva; e o fortalecimento das Associações de Catadores do município, que são elas a Associação dos Catadores de

¹ Estudante do curso de Serviço Social no Departamento de Economia Doméstica (DED) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: maryna.paim@ufv.br.

² Estudante do curso de Serviço Social no Departamento de Economia Doméstica (DED) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: lara.mariana@ufv.br.

³ Estudante do curso de Serviço Social no Departamento de Economia Doméstica (DED) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: ligia.simplicio@ufv.br.

Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAT) e a Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE).

Além disso, este trabalho visa refletir sobre as agitações da coleta seletiva, sendo elas a luta do movimento de catadores pelo reconhecimento de sua categoria profissional e a implementação e fortalecimento da Lei Federal 12.305/2010 (BRASIL, 2010) em que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) no Brasil. Dessa maneira, no decorrer desta obra nos debruçamos sobre a coleta seletiva enquanto política pública, apresentando um panorama histórico das associações de catadores de materiais recicláveis do município de Viçosa-MG, bem como demonstraremos as articulações desenvolvidas por esses trabalhadores, em parceria com a sociedade civil, projetos de extensão, autarquias e instituições públicas e privadas.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Coleta Seletiva e política pública

O Estado possui um papel fundamental na viabilização das políticas públicas, que por sua vez são decisões feitas coletivamente e autorizadas por agentes governamentais, segundo Waner Gonçalves Lima (2012), a exemplo são as políticas sociais no qual aparecem como políticas públicas voltadas às expressões da questão social, como áreas de saúde, educação, previdência e assistência social, uma vez que este aparato estatal pode ampliar (ou não) os direitos sociais, investir mais em certas áreas e fortalecer ou desarticular a autonomia dos movimentos sociais. Ademais, é importante observar que as forças políticas organizadas pela sociedade civil interferem na configuração da política social e conseqüentemente na implementação de políticas públicas, pois esta pode constituir tanto a proteção de interesses de empregadores e empresariado quanto dos trabalhadores.

Assim, para compreender uma política social, é necessário se atentar ao estudo dos aspectos histórico, econômico e político que cercam essa temática. Segundo Behring e Boschetti (2017) em “Política Social: fundamentos e história”, o início da política social condiz com o surgimento das expressões da questão social, situando-se pelos resultados do conflito entre a classe detentora dos meios de produção e a classe trabalhadora. Além disso, auxilia nas condições de produção e reprodução da vida dos trabalhadores, mantendo assim, o modo de produção capitalista, sendo mutável de acordo

com as determinações econômicas que cada momento histórico requer, assumindo um caráter histórico-estrutural.

Dessa forma, pode-se localizar a coleta seletiva como uma política pública inserida na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) do Brasil, a partir da Lei Federal 12.305/2010 (BRASIL, 2010), na qual se conforma como um marco legal e regulador para uma logística integrada e sustentável de resíduos sólidos no país. Na medida em que se assume uma política pública preventiva ambiental, a intenção é precipitar procedimentos prejudiciais à saúde pública e ao meio ambiente. Nesse sentido, em seu sétimo artigo, a Lei Federal 12.305/2010 aponta sobre os objetivos da PNRS.

Art. 7º - São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental; II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; [...] VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados; [...] XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; (BRASIL, 2010, art. 7).

Contudo, é importante problematizar os empecilhos para a efetivação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e nacional centralizadas na fomentação de tarefas de reciclagem e coleta seletiva. Dessa maneira, Neto e Moreira (2010) destacam que embora a PNRS constitui-se como marco legal de grande valia para as questões que cercam os resíduos sólidos no Brasil, a legislação por si mesma não garante a resolução dessa problemática. De modo, que faz-se necessário o comprometimento da sociedade civil, do poder público e da iniciativa privada com a causa, visto que “a tomada de consciência [...] é pressuposto básico, pois, [...] a resolução das questões ligadas aos resíduos sólidos urbanos devem passar inevitavelmente pela internalização da gravidade do problema e externalização na forma de atuação coletiva” (NETO e MOREIRA, 2010, p. 18)

A coleta seletiva se configura através da separação de materiais recicláveis do lixo acumulado pelo indivíduo e encaminhamento para a reciclagem. Observa-se que a divisão de materiais recicláveis corrobora em pontos fundamentais, como o surgimento do hábito de separar os resíduos para aproveitar todo o material utilizado, a educação ambiental ao reduzir o consumo e o desperdício, a melhora da qualidade de matéria orgânica que pode ser usada na compostagem, no qual juntamente promove renda e trabalho a populações, muitas vezes marginalizadas, e tal marginalização pode ser tirada

como exemplo a experiência do maior lixão da América Latina (o lixão da Estrutural), no qual a população de catadores de materiais recicláveis presenciavam cotidianamente condições precárias de trabalho e de assistência. (OLIVEIRA, 2020).

Vale ressaltar que a inclusão de catadores organizados é o resultado de uma modificação importante ocorrida na área de resíduos sólidos no país. No ano de 2007, a coleta seletiva com a inserção dos catadores se tornou uma política pública e foi anexada na Política Nacional de Saneamento Básico que posteriormente se tornou efetiva pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. É fundamental notar também que as prefeituras não obtinham instrumentos legais que fundamentassem a contratação das organizações de catadores, para a prestação de serviço da coleta seletiva, e os catadores não atendiam aos requisitos legais para a contratação. Diante da Política Nacional de Saneamento Básico, a possibilidade de dispensa de licitação pode ser prevista para a contratação de cooperativas ou associações de catadores, como observado no artigo “Coleta seletiva e as associações de catadores(as) de materiais recicláveis de Viçosa (Minas Gerais): do “lixão” ao Fórum Municipal Lixo e Cidadania” de Fernandes, Costa e Souza (2020).

Na cidade de Viçosa, localizada na zona da mata do estado de Minas Gerais, existem duas associações de catadores, a Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa (ACAMARE) e a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa (ACAT). Essas associações são importantes para a cidade, uma vez que, promovem o movimento de coleta seletiva, contribuem para uma cidade mais limpa e fomentam empregos para trabalhadores que não encontravam mais espaço empregatício. Assim,

esta forma de coleta seletiva que inclui catadores organizados rompe com a lógica de privatização tradicional dos serviços, na medida em que incorpora gradativamente um perfil de inclusão social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho (SINGER, 2002; RODRIGUEZ, 2005 apud ALCÂNTARA, 2019, p.360).

Dito isso, é fundamental fazer uma análise acerca das principais associações presentes no município de Viçosa-MG, visando resgatar historicamente as suas origens, suas lutas e suas experiências. Ademais, é importante salientar a existência de um espaço denominado Fórum Municipal Lixo e Cidadania Viçosa- FMLC, fruto de mobilizações civis e políticas pelo acesso à uma instância que agrupasse todos os sujeitos interessados pela gestão de Resíduos Sólidos e que fosse um ambiente de visibilidade para as associações; de discussão, articulação e sensibilização acerca da Coleta Seletiva.

1.2. Resgate histórico das Associações de catadores em Viçosa-MG: A experiência das associações

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), o município de Viçosa está localizado na Zona da Mata, com uma área territorial de 299,418 km² e possui, segundo o último censo de 2010, uma população de 72.220 habitantes (IBGE, 2010). Além disso, vale destacar que enquanto cidade universitária a mesma possui uma grande população flutuante, essencialmente composta por estudantes localizados em seu território urbano. Nesse viés, podemos perceber que a gestão de resíduos sólidos recicláveis não é somente um desafio visível em quesito global, mas também em situações de cidades em portes como o acima elencado. Com isso, devido ao grande impacto do lixo no meio ambiente, os catadores de materiais recicláveis são de extrema importância para redução dessa problemática, já que através de suas ações conseguem destinar adequadamente os resíduos.

Fernandes (2018), nos mostra que após o fechamento do lixão de Viçosa, a UFV e a Prefeitura Municipal estabeleceram um acordo que beneficiaria a situação de trabalhadores nesta área. A UFV cedeu a Prefeitura em situação de comodato, um terreno onde se encontrava a usina de triagem e reciclagem, se tornando um ambiente de trabalho. Os catadores que recolhiam material no lixão foram convidados a exercerem trabalho na usina, consolidando a Associação dos Trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa - ACAMARE, no ano de 2002. Após esse primeiro momento, os catadores se formalizaram em duas associações, a segunda se tornou a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Viçosa - ACAT (FERNANDES, 2018).

Ao que se refere a dinâmica de trabalho desenvolvida pelos catadores do município, Fernandes (2018) aponta que as associações separam o rendimento do material coletado entre os catadores, de acordo com o número de dias trabalhados, logo todos eles recebem a mesma quantia se trabalharem o mesmo número de dias. Com a pandemia da Covid-19, as relações de trabalho se modificaram, as associações reduziram as rotas de coleta seletiva e não puderam realizar a mobilização de forma presencial. Esta atividade é de suma importância para que a população tenha informações sobre como separar e destinar de maneira adequada os resíduos. As ações de mobilização, aconteciam por meio de visitas aos domicílios, escolas, espaços públicos e outros ambientes. Com as restrições sanitárias e a necessidade de distanciamento social, as associações tentaram realizar algumas atividades para a mobilização da população em formato virtual, através

da criação de perfis nas redes sociais, elaboração de vídeos e spots para moto-som e som no caminhão da coleta.

Vale salientar que os meios de comunicação com as novas tecnologias se modificaram e também se complexificaram, assim, a pouca mobilização e a comunicação nesse contexto não são os únicos problemas que têm acarretado a redução da coleta de materiais recicláveis. No entanto, podemos situá-los como pontos considerados estratégicos, em função da necessidade de mudanças em termos de aprimoramento do conhecimento e da comunicação das associações, especialmente em ambientes virtuais. Nesse sentido, a utilização da comunicação e a agitação através de uma rede de notícias sobre a categoria, conhecimento acerca da PNRS e do trabalho dos catadores de materiais recicláveis como estratégia social, é uma das metodologias aplicadas na perspectiva de multiplicadores de informação. A arena política midiática, que se movimenta muitas vezes de acordo com as demandas de seus momentos históricos, não se descola da realidade. Na questão referente à Coleta Seletiva em Viçosa, um dos pontos que se encontra com maior fragilidade é a comunicação.

Por conseguinte, apesar das associações terem mais de uma década de atuação ainda enfrentam desafios significativos em relação a renda de trabalho, pois a coleta seletiva não é efetivada em toda cidade. Tais desafios são debatidos no Fórum Municipal de Lixo e Cidadania - FMLC⁴, um espaço no qual se apresenta às demandas dos catadores e da sociedade em geral, com o objetivo de trazer visibilidade às pautas, demandas e necessidades da categoria profissional, fomentando também a sua autonomia, para que possam buscar soluções, diminuindo, por conseguinte, a distância entre as associações e o poder público. O FMLC objetiva ainda, fortalecer a execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ademais, Fernandes (2018) ao analisar a coleta seletiva no município de Viçosa- MG a partir de dados coletados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE (2018), responsável pelo gerenciamento de resíduos sólidos na cidade de Viçosa, demonstra que embora a coleta convencional de resíduos cubra 100% dos domicílios na área urbana, apenas 5% desse total são destinados às associações de catadores, assim

⁴ Instância que agrega pessoas e organizações interessadas pela gestão dos resíduos sólidos nos municípios; de caráter permanente de discussão, proposição, articulação, apoio técnico, capacitação e sensibilização para a adequada gestão e manejo dos resíduos sólidos, atuando de acordo com os princípios dos Fóruns Nacional e Estadual Lixo & Cidadania, com o Movimento Nacional dos Catadores e em consonância com a legislação vigente.

todo o restante tem destinação final para o aterro sanitário. Nesse sentido, observa-se um grande impacto ambiental e também social, dado que o material no qual permite a fonte de renda aos catadores é jogado no lixo, em razão da não destinação correta dos resíduos.

A proposta do programa de extensão InterAção, perpassa pelos conceitos pedagógicos vinculados ao diálogo, numa estrutura horizontal, onde quem ensina também aprende e a soma desses símbolos e significados dá corpo à interação social entre sujeitos coletivos. Dessa forma, as atividades vêm sendo elaboradas no coletivo, tendo no espaço do FMLC, da ACAT e da ACAMARE, uma estrutura de compreensão interdisciplinar que enxerga a temática da coleta seletiva como transversal a variadas questões sociais. Tendo a comunicação no ciberespaço como um momento de grande saldo positivo para a coleta, principalmente no momento de pandemia no qual o contato presencial sinalizava risco à vida, agora encontra-se em fase fundamental de também ampliação para a perspectiva de mobilização no formato porta a porta. Há então a reestruturação das propostas de atividades e a continuidade daquelas que são diárias e constantes principalmente no âmbito da comunicação.

Dito isso, percebe-se que o cenário das associações e do projeto, atuando como apoio, vêm sendo de muita luta e de constante mobilização com os agentes civis e políticos do município de Viçosa. Com a Lei Nacional de Resíduos Sólidos, é observado um grande avanço quando se trata de uma contratação legal para as associações, não os deixando, por conseguinte, sem nenhum tipo de renda. As manifestações ocorridas em 2018, na cidade viçosense, com o lema do MNCR⁵, “O catador organizado jamais será pisado”, trouxeram articulações para o Fórum Municipal Lixo e Cidadania, juntamente com o movimento de conscientização junto aos cidadãos, além de ser utilizada como uma memória viva, crítica e de enfrentamento aos desmontes das políticas públicas no cenário contemporâneo do país.

⁵ Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) constitui-se como um movimento social que iniciou-se em 1999. Sendo efetivamente fundado em junho de 2001, a partir do 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, em que reuniu-se quase 2.000 catadores e catadoras. Dentre os princípios do Movimento situa-se a busca pela valorização desta categoria e o fortalecimento de sua importância para a sociedade. (MNCR, [s.d]).

1.3. Articulação de parceiros e resultados da Coleta Seletiva

O desenvolvimento deste trabalho tornou-se possível a partir da participação no âmbito da extensão universitária composta por uma equipe multidisciplinar na qual conta com discentes dos cursos de serviço social, ciências sociais e cooperativismo. Os quais atuam vinculados ao programa InterAção em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/UFV, no apoio às associações de catadores de materiais recicláveis do município de Viçosa - MG. Assim, as metodologias utilizadas nas atividades de extensão em conjunto com os catadores e catadoras, referem-se a ações participativas de trabalho popular que tem como princípios fundamentais: a pessoa humana, enquanto sujeito histórico capaz de educar-se mediado pelas inter-relações a qual faz parte; a educação para a transformação e valorização do saber popular; a utilização de técnicas participativas de execução, avaliação e monitoramento dos trabalhos e a valorização do trabalho em grupo.

Nessa perspectiva, atuando sobre os eixos centrais de conservação do meio ambiente por meio da expansão e sensibilização acerca da coleta seletiva, o retorno dos materiais recicláveis para a cadeia produtiva, bem como do fortalecimento das Associações de Catadores da cidade. O programa fomenta discussões que cercam o impacto ambiental da coleta seletiva, a efetivação de emprego e renda, e a participação social dos catadores(as) enquanto sujeitos políticos na luta pela dignidade e reconhecimento do seu trabalho.

A partir dessa perspectiva, situamos o Fórum Municipal Lixo e Cidadania Viçosa a partir das mobilizações do movimento de catadores(as) de materiais recicláveis e da sociedade civil, em prol da causa socioambiental que cerca a coleta seletiva e a destinação adequada de resíduos sólidos. As reuniões do FMLC abriram a possibilidade das Associações serem protagonistas e terem autonomia no diálogo com empresas, autarquia municipal e agentes legislativos. Dessa maneira, esse espaço permite que as denúncias, propostas e explicações ocorram em espaço público para todos. Assim, podemos ressaltar que a articulação que o programa InterAção possui para além e ao longo da preparação do FMLC visa como propósito o fortalecimento de uma Política Pública para a inclusão dos catadores e o reconhecimento dos seus direitos.

A luta das associações ACAMARE e ACAT e de seus apoiadores pela efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e pelo reforço de novas políticas públicas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, junto ao ambiente do Fórum, tem

caráter constante, uma vez que é observado o sucateamento das políticas públicas, em especial ambientais e da coleta seletiva. Percebe-se que no governo contemporâneo (2019-2022), a administração ambiental fundamentada pela Constituição Federal de 1988 têm recebidos ataques e a construção de novas políticas públicas apropriadas em busca da defesa do meio ambiente vêm sendo negadas. Por consequência, observa-se uma contradição, os aparatos institucionais que deveriam atuar pelo amparo da questão ambiental, operam ofensivamente contra o meio ambiente. Entende-se que,

A política ambiental adotada na gestão bolsonarista age pela conversão dos órgãos de defesa do meio ambiente em estruturas que operam para satisfação da colonialidade, ou seja, inverte a lógica legal das estruturas institucionais para que elas se desviem de seu objetivo fundamental que é a preservação dos biomas nacionais, e possam legitimar os interesses dos grupos hegemônicos, servido ao capital e não a biodiversidade em si. (MISSIATTO et al, 2021, p. 94)

Salienta-se também conflitos que podem ser observados na contratação das associações da cidade. Apesar da instauração da Política Nacional de Resíduos Sólidos vigorar a partir de 2010, o início da contratação das associações de catadores no município ocorreu apenas em outubro de 2018 e permanece até os dias atuais, embora com notáveis tentativas de finalização do contrato. Como não possuem um salário mínimo, os catadores recebem por prestação de serviços, através da contratação prevista pela PNRS (FERNANDES, 2018). Assim, diante do desmonte das políticas públicas e dos embates da contratação, torna-se fundamental o fortalecimento de espaços como o Fórum Municipal Lixo e Cidadania e da existência de programas de extensão que se situam pelo diálogo da universidade-cidade, a partir de um olhar crítico às políticas públicas dentro de um sistema capitalista.

Vale situar ainda, essas questões dentro do modo de produção e reprodução capitalista, no qual apresenta o lucro como objetivo final, tornando todos os aspectos sociais como mercadoria e explorando a classe trabalhadora que ao não deter os meios de produção, apenas possuem a sua força de trabalho para vender. Contudo, não são todos que conseguem vender a sua força de trabalho, uma vez que a população excedentária é um elemento concreto e inevitável que aparece na dinâmica histórica do capitalismo. Apesar dos percentuais de desemprego alterarem, o capitalismo real, sem exceção, possui um grupo de trabalhadores sem emprego, como visto na obra *Economia Política: Uma introdução crítica* (2012), de José Paulo Netto e Marcelo Braz. Nesse movimento deve-se observar criticamente que os sujeitos civis, ao não encontrarem espaço no mercado de trabalho – condição de desemprego provocada pelo capitalismo –, precisam buscar outras

formas de renda, e dessa maneira, a coleta seletiva e de materiais recicláveis se mostra como uma alternativa econômica.

Nessa perspectiva, faz-se necessário compreender dois pontos fundamentais: a invisibilidade que cerca os trabalhadores de empregos marginalizados, na medida em que é visto pela sociedade civil como subempregos ou empregos de baixa capacitação, corroborando na ausência de reconhecimento do valor de seus trabalhos; e a necessidade de um constante contexto de lutas sociais e de classe, na qual observa-se a organização de sujeitos civis e políticos em movimentos sociais, atuando na defesa da causa e de um projeto alternativo à precária realidade observada.

Assim, a nível nacional temos como representação o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, que objetiva a valorização desta categoria de trabalho, bem como auxilia na estruturação de uma sociedade sustentável e justa (MNCR, 2008). A nível municipal situamos as associações ACAT e ACAMARE, enquanto movimento de catadores(as) de materiais recicláveis que para além do fazer profissional, atuam na luta em defesa da causa ambiental e de sua categoria. Dessa forma, pode-se localizar a coleta seletiva como uma política inserida na PNRS do Brasil, Lei Federal 12.305/2010 (BRASIL, 2010), de modo que na medida em que se assume uma política pública preventiva ambiental, a intenção refere-se a retração de procedimentos prejudiciais à saúde pública e ao meio ambiente. Em suma, dentre os múltiplos objetivos de atuação, o programa InterAção opera em conjunto com as associações reivindicando a efetivação das políticas públicas que cercam o gerenciamento de resíduos sólidos, em especial os recicláveis.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das perspectivas apresentadas, nota-se que a política social pode ser uma ferramenta para colaborar com a luta de movimentos sociais, bem como no apoio aos direitos da classe trabalhadora e da causa ambiental. Ademais, através da compreensão de que os seres humanos compõem o meio ambiente, e que este vem sendo historicamente depredado em razão do desenfreado desenvolvimento do modo de produção capitalista, entende-se a questão ambiental como expressão da questão social. Em função disso, é fundamental a existência de políticas públicas nacionais que abordam tal problemática, tais como a PNRS, sendo essencial a sua defesa e a formação de novas políticas que contribuam para a educação ambiental, a conscientização e propagação da coleta seletiva e reciclagem.

As ações realizadas em programas de extensão, como o InterAção, possibilita aos discentes a realização de uma graduação interdisciplinar, na qual oferece à formação profissional quebra de paradigmas e desenvolvimento do senso crítico, uma vez que olhares distintos estudam o mesmo objeto. Nesse sentido, os programas são compostos por graduandos das diversas áreas do conhecimento, corroborando assim, em novas possibilidades de construção crítica e diversa durante a graduação.

Para os estudantes do curso de Serviço Social, atuar dentro de um programa de extensão voltado para o apoio das Associações de Catadores de Materiais Recicláveis, fornece uma visão prática de elementos teóricos estudados ao longo do curso acerca das lutas dos trabalhadores dentro do modo de produção capitalista. Por fim, o fortalecimento de uma política pública e o apoio ao movimento de catadores está em conformidade com dois dos princípios fundamentais declarados no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, sendo eles a “ampliação e consolidação da cidadania, [...] com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras” e “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores” (CFESS, 1993, p. 23-24).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Liliâne Cristine Schlemer et al. Economia Solidária: estrutura de atuação e conhecimento da Cooperativa de Recicladores “Araras Limpa” de Araras/SP. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 51, p. 355-368, 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2010.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8.ed. São Paulo, Cortez: 2012.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

FERNANDES, Maxwell Santos; COSTA, Bianca Aparecida Lima; SOUZA, Nádia Dutra. Coleta seletiva e as associações de catadores (as) de materiais recicláveis de Viçosa (Minas Gerais): do “lixão” ao Fórum Municipal Lixo e Cidadania. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, v. 8, n. 4, 2020.

FERNANDES, Maxwell Santos. **DO LIXÃO AO FÓRUM: A (in)visibilidade do trabalho das catadoras de materiais recicláveis de Viçosa-MG**. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Cooperativismo, Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010. VIÇOSA-MG**: IBGE, 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Viçosa-MG. Panorama**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama> Acesso em: 01 mar. 2023.

LIMA, Waner Gonçalves. Política pública: discussão de conceitos. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 05, 2012.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca et al. A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. **Margens: Revista Interdisciplinar do PPGCITI**, 2021.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Nossa história**, [s.d]. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>. Acesso em: 2 mar. 2023.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. **O que é o Movimento?**, 2008. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr>. Acesso em: 2 mar. 2023.

NETO, Paulo Nascimento; MOREIRA, Tomás Antonio. Política nacional de resíduos sólidos-reflexões a cerca do novo marco regulatório nacional. **Brazilian Journal of Environmental Sciences (Online)**, n. 15, p. 10-19, 2010.

OLIVEIRA, Edecarlos Rebouças. **O Impacto Social na Vida dos Catadores de lixo com a Extinção do Lixão da Estrutural**. Monografia (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) – Instituto Serzedello Corrêa, Escola Superior do Tribunal de Contas da União. 200 fl. Brasília, 2020.